

15/10/2013

PRIMEIRA TURMA

EMB.DECL. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 761.701 MATO GROSSO DO SUL

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
EMBTE.(S)	: DEOCLECIANO GUERREIRO GONÇALVES
ADV.(A/S)	: LUIZ HENRIQUE VOLPE CAMARGO
EMBDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE
ADV.(A/S)	: VALDECIR BALBINO DA SILVA

EMENTA

Embargos de declaração no agravo de instrumento. Conversão em agravo regimental. Constitucional. Requisição de pequeno valor. Definição. Competência legislativa. Entes da Federação. Precedentes.

1. O Plenário da Corte, no julgamento da ADI nº 2.868/PI, Relator para o acórdão o Ministro **Joaquim Barbosa**, concluiu que os estados podem definir para as obrigações de pequeno valor de que forem devedores limites inferiores aos previstos no art. 87 do ADCT, entendimento que se aplica também aos municípios.

2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em converter os embargos de declaração em agravo regimental, vencido, nessa parte, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Acordam, ademais, os Ministros, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 15 de outubro de 2013.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

AI 761701 ED / MS

Relator

15/10/2013

PRIMEIRA TURMA

EMB.DECL. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 761.701 MATO GROSSO DO SUL

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
EMBTE.(S)	: DEOCLECIANO GUERREIRO GONÇALVES
ADV.(A/S)	: LUIZ HENRIQUE VOLPE CAMARGO
EMBDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE
ADV.(A/S)	: VALDECIR BALBINO DA SILVA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Deocleciano Guerreiro Gonçalves opõe tempestivos embargos de declaração contra decisão em que neguei provimento ao agravo de instrumento (fls. 139/141), com a seguinte fundamentação:

“Vistos.

Deocleciano Guerreiro Gonçalves interpõe agravo de instrumento contra a decisão que não admitiu recurso extraordinário assentado em contrariedade aos artigos 5º, inciso XXXVI, 24, inciso XI, 100, **caput** e §§ 3º e 5º, da Constituição Federal e 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Insurge-se, no apelo extremo, contra acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, assim ementado:

‘AGRAVO REGIMENTAL – PRECATÓRIO DE REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO – ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI N. 4.498/07 EDITADA PELO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM PRECATÓRIO – PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DA LEI N. 2.586/02 EDITADA PELO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE REGULAMENTA PEQUENO VALOR –

AI 761701 ED / MS

IMPOSSIBILIDADE – INCIDÊNCIA DA LEI MUNICIPAL SOBRE OS PRECATÓRIOS EXPEDIDOS APÓS SUA EDIÇÃO – AUSÊNCIA DE AFRONTA AO DIREITO ADQUIRIDO – RECURSO NÃO PROVIDO.

A arguição de inconstitucionalidade não pode ser analisada em sede de precatório, por exercer a Vice-Presidência função, eminentemente, administrativa e não jurisdicional.

O artigo 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ao estabelecer que deve ser adotado o valor equivalente a trinta salários mínimos para os créditos de pequeno valor (trinta salários mínimos), até que se dê publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da federação, autorizou-a a estabelecer o valor que pode ser pelos mesmos suportados, não havendo afronta ao artigo 24, XI, da Constituição Federal.

Deve ser aplicada a referida lei municipal aos precatórios expedidos após a sua edição, por não haver afronta ao direito adquirido' (fl. 41).

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.868, em que foi redator para o acórdão o Ministro **Joaquim Barbosa**, o Plenário do Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que os Estados-membros podem estipular valor diverso do determinado no artigo 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente às obrigações de pequeno valor. Confira-se:

‘AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 5.250/2002 DO ESTADO DO PIAUÍ. PRECATÓRIOS. OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR. CF, ART. 100, § 3º. ADCT, ART. 87. Possibilidade de fixação, pelos estados-membros, de valor referencial inferior ao do art. 87 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional

AI 761701 ED / MS

37/2002. Ação direta julgada improcedente' (DJ 12/11/04).

Registre-se que, apesar de o referido precedente ser relativo a Estados-membros, é perfeitamente aplicável ao caso em tela. O artigo 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prescreve que somente haverá a incidência de sua definição sobre importâncias de pequeno valor até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, na qual se incluem, indubitavelmente, os municípios.

Desse modo, resta nítida a incidência da Lei Municipal nº 9.320/07 ao caso em tela. Nesse sentido: AI nº 776.407/MA, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 1/6/10; e AI nº 804.874/MA, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, DJe de 20/8/10.

É de se ressaltar ainda que, conforme entendimento pacífico desta Corte, tem natureza processual a lei que regulamenta o procedimento de execução de obrigação de pequeno valor, alcançando, assim, as ações em curso. Sobre o tema:

‘CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PRECATÓRIO. Lei nº 10.099, de 2000. I. - A Lei 10.099, de 19.12.2000, art. 1º, deu nova redação ao art. 128 da Lei 8.213, de 1991, alterado pela Lei 9.032, de 1995. Citada Lei 10.099, de 2000, é regulamentadora do § 3º do art. 100, da C.F. Porque tem natureza processual, aplica-se imediatamente, alcançando os processos em curso. II. - RE prejudicado. Agravo não provido’ (RE nº 299.566/SC-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Carlos Velloso**, DJ de 1/3/02).

‘Precatório: débito de pequeno valor: L. 10.099/00: RE prejudicado. Em face da aplicabilidade imediata da L. 10.099/00 - que regulamentou o art. 100, § 3º, CF, ao definir as obrigações de pequeno valor excluídas pela norma

AI 761701 ED / MS

constitucional da sistemática de pagamentos mediante expedição de precatórios -, desapareceu o objeto do recurso extraordinário, interposto contra decisão que, proferida antes do advento da referida lei, afirmara a necessidade dessa regulamentação' (RE nº 292.160/RS, Primeira Turma, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 4/5/01).

O acórdão recorrido está em sintonia com essa orientação. Ante o exposto, nego provimento ao agravo. Publique-se."

Aduz o embargante, **in verbis**, que

"(...) a r. decisão embargada também afastou o pedido de reforma do acórdão a fim de reconhecer o direito adquirido do ora embargante a receber mediante RPV, por ser a Lei Municipal nº 4.498 de 27-07-2007 posterior à execução de sentença proposta pelo agravante contra o agravado, que é de 06-03-2006, sob o argumento de que 'tem natureza processual a lei que regulamenta o procedimento de execução de obrigação de pequeno valor, alcançando, assim, as ações em curso'.

Acontece que, conforme demonstrado no Recurso Extraordinário, nos termos do art. 24, XI da Constituição Federal, a competência para legislar sobre matéria processual cabe concorrentemente à União, aos Estados, **mas não aos Municípios**" (fl. 145).

É o relatório.

15/10/2013

PRIMEIRA TURMA

EMB.DECL. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 761.701 MATO GROSSO DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Não merece prosperar a irresignação.

Inicialmente, nos termos da pacífica jurisprudência desta Corte, recebo os presentes embargos de declaração como agravo regimental, o qual passo a analisar.

Consoante exposto na decisão agravada, o Plenário desta Corte, no julgamento da ADI nº 2.868/PI, Relator para o acórdão o Ministro **Joaquim Barbosa**, concluiu que os estados podem definir para as obrigações de pequeno valor de que forem devedores limites inferiores aos previstos no art. 87 do ADCT, entendimento que se aplica aos municípios, entes da Federação também dotados de autonomia.

Nesse sentido, colhe-se dos debates travados por ocasião do referido julgamento, o seguinte trecho do voto proferido pelo Ministro **Ayres Britto**, o qual bem elucida a questão:

“Agora já se pode ajuizar que a Emenda Constitucional nº 37/02, ao embutir o art. 87 no ADCT, definiu os débitos e obrigações de pequeno valor para os Estados, Distrito Federal e Municípios. E o fez na esteira dos patamares instituídos pela União quando da edição das Leis nºs 10.099/00 e 10.259/01, até que os entes integrantes da Federação providenciassem a edição das respectivas leis definidoras.

(...)

Com efeito, à luz do artigo 100, § 3º, da *Lex Legum*, é de se concluir que as pessoas estatais federadas estão autorizadas a fixar os débitos judiciais de pequena monta, a ensejar o devido pagamento fora da regra do precatório(...).”

Assim, é certo que os municípios têm competência legislativa para

AI 761701 ED / MS

tratar de obrigações de pequeno valor, visto que se cuida de matéria que se insere no âmbito do orçamento de cada ente da Federação.

Por outro lado, anote-se que não há falar que essa orientação é incompatível com o art. 24, inciso I, da CF, haja vista que essa norma deve ser interpretada sistematicamente, em conjunto com as demais disposições constitucionais que conferem autonomia aos entes federados.

Nego provimento ao agravo regimental.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 761.701

PROCED. : MATO GROSSO DO SUL

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

EMBTE.(S) : DEOCLECIANO GUERREIRO GONÇALVES

ADV.(A/S) : LUIZ HENRIQUE VOLPE CAMARGO

EMBDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE

ADV.(A/S) : VALDECIR BALBINO DA SILVA

Decisão: Por maioria de votos, a Turma converteu os embargos de declaração em agravo regimental, vencido, nessa parte, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, 15.10.2013.

Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli, Rosa Weber e Roberto Barroso.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma